

# PPA

2016-2019

RELATÓRIO ANUAL DE  
**AVALIAÇÃO**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

*Ano-base 2016*

# MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

## MINISTRO DE ESTADO

Dyogo Henrique de Oliveira

## SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Esteves Pedro Colnago Junior

## SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS

Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari

## SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS

Júlio Alexandre Menezes da Silva

## DIR. DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

Roberto Endrigo Rosa

## DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MACROECONÔMICOS E FISCAIS

Fábio Ribeiro Servo

## DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MICROECONÔMICOS E REGULATÓRIOS

Cláudio Evangelista de Carvalho

## DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FINANCEIROS

Sérgio Ricardo Calderini Rosa

# PPA

2016-2019

RELATÓRIO ANUAL DE  
**AVALIAÇÃO**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

Plano Plurianual

**ANO-BASE 2016**

# SUMÁRIO EXECUTIVO



O Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2016, apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, descreve os principais resultados obtidos no ano, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos do plano vigente, trazendo um balanço das realizações nesse período inicial do ciclo do PPA.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a implementação da Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente. Esse processo também é detalhado pela Portaria 347, de 14 de novembro de 2016, e ainda pela Portaria 19, de 3 de fevereiro de 2017, ambas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O monitoramento do PPA 2016-2019 incide sobre programas temáticos, incluindo seus indicadores, objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados como iniciativas, bem como sobre as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas temáticos ocorre junto aos órgãos executores.

A primeira seção deste sumário apresenta os grandes números de 2016, mais relevantes do ponto de vista da avaliação do PPA, com sínteses gráficas relativas a este primeiro ano do ciclo, incluindo a execução financeira, o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e o desempenho dos indicadores – conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução das políticas públicas. Considerando a grande amplitude de assuntos previstos na Lei do PPA e o volume de recursos alocados no arranjo dos programas e objetivos planejados, os gráficos destacados apresentam um panorama quantitativo sintético da execução do Plano Plurianual no ano de 2016.

O sumário executivo também apresenta um panorama resumido dos principais destaques observados no exercício de 2016, organizado conforme as seguintes áreas temáticas:

- Social e Segurança Pública,
- Infraestrutura,
- Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e
- Temas Especiais.

Além disso, uma consulta mais detalhada às informações de monitoramento e às considerações sobre indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas, fornecidas pelos órgãos do governo federal no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), pode ser realizada no corpo do documento completo, nos relatórios específicos de cada um dos 54 programas temáticos do PPA 2016-2019.

O resultado consolidado dos trabalhos de elaboração e avaliação do PPA 2016-2019 também pode ser acessado pelo link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo os relatórios anuais e as edições anteriores.

## SÍNTESE NUMÉRICA DO PPA EM 2016

Esta seção apresenta um conjunto de sínteses relativas à execução financeira, orçamentária e extraorçamentária do Plano Plurianual para o ano de 2016, e também sobre o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e sobre o desempenho dos indicadores – conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução de um programa. Esse panorama quantitativo sintético da execução do PPA em 2016 propicia uma visualização abrangente sobre os principais resultados agregados, com alguns recortes selecionados para resumir o desempenho da ação governamental neste primeiro ano do ciclo de planejamento.

## EXECUÇÃO FINANCEIRA DE 2016

Os recursos alocados para o PPA 2016-2019 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: orçamento fiscal e da seguridade social e orçamento de investimento das empresas estatais;
- Recursos extraorçamentários: gasto tributário e crédito de instituição financeira e demais fontes.

Conforme o guia de elaboração do PPA 2016-2019, gasto tributário é toda desoneração tributária que funciona como alternativa à política pública e que não se realiza diretamente pelo orçamento, mas indiretamente pelo sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais, podendo ser de caráter compensatório, quando compensa a população pela insuficiência de algum serviço governamental, ou incentivador, quando estimula o desenvolvimento de algum setor ou região. Por sua vez, as outras fontes de financiamentos extraorçamentários são definidas como: recursos financeiros não constantes do orçamento, necessários para a atuação governamental na prestação de serviços e entrega de bens públicos, e originados de bancos públicos, agências oficiais de fomento, fundos constitucionais, plano de dispêndio das estatais, cooperações financeiras internacionais e recursos privados. A seguir, são detalhados os recursos do PPA relativos ao ano de 2016, considerando-se os seguintes critérios quanto à previsão e à execução:

- Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.
- Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

- Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício (verificação do direito adquirido pelo credor por fornecimentos feitos ou serviços prestados) para o orçamento fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais. A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB três anos após o encerramento do exercício.

Quanto aos números apurados, o Gráfico 3 mostra os recursos do PPA 2016-2019 para o exercício de 2016. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados para os programas temáticos, os programas de gestão e os totais do plano. O valor global previsto inicial na Lei do PPA para o período de quatro anos era de R\$ 8,28 trilhões, sendo R\$ 1,89 trilhão relativo ao ano de 2016. Conforme números apurados, o valor executado para 2016 foi de R\$ 1,65 trilhão.

**GRÁFICO 3 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS POR TIPO DE PROGRAMA  
EXERCÍCIO 2016 (R\$ BILHÕES)**

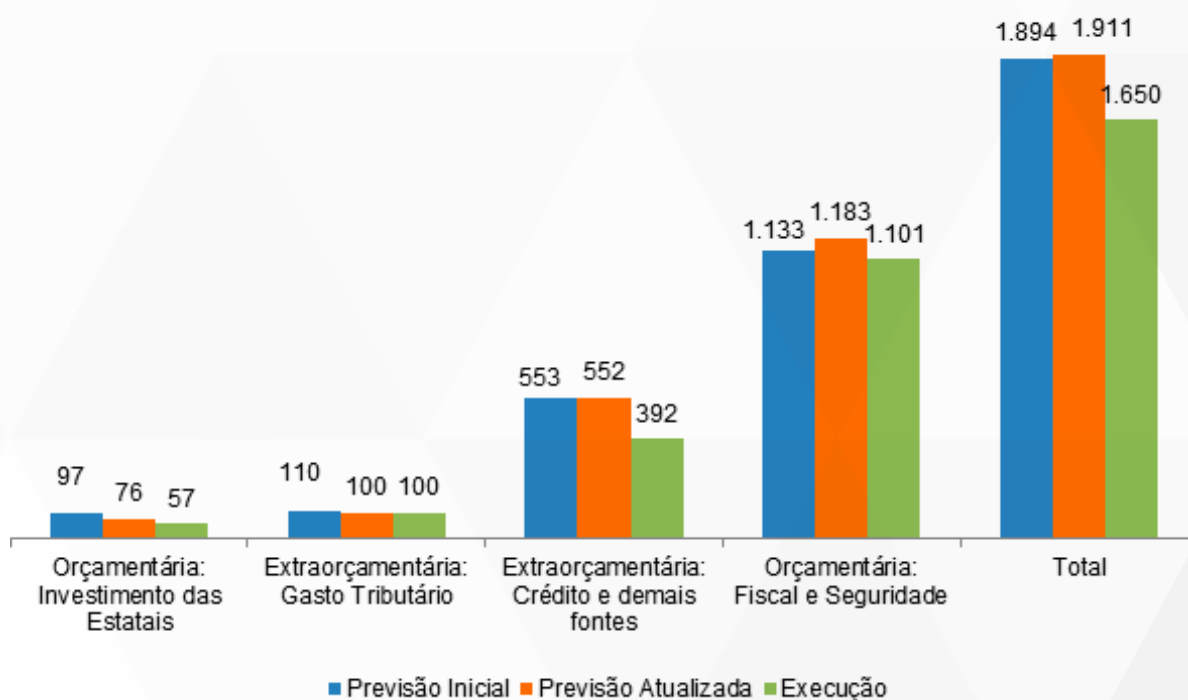


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

O Gráfico 4 mostra o recorte dos recursos por fonte de financiamento. Os valores de 2016 são apresentados de forma detalhada pelos quatro grandes grupos de fontes de recursos: orçamento fiscal e da seguridade social, orçamento de investimentos das estatais, recursos extraorçamentários de créditos e outras fontes e de gasto tributário. Os números mostram os valores previstos iniciais, os previstos atualizados e os valores executados.

**GRÁFICO 4 - RECURSOS POR FONTE DE FINANCIAMENTO  
EXERCÍCIO 2016 (R\$ BILHÕES)**



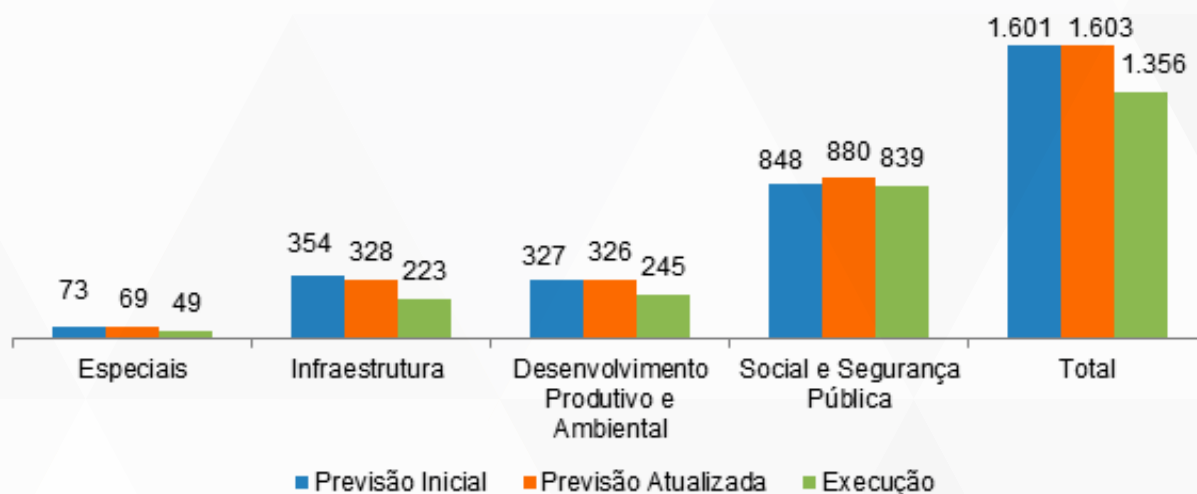
Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Para o total dos quatro anos do PPA, o valor orçamentário previsto inicialmente era de R\$ 5,52 trilhões, sendo os demais R\$ 2,76 trilhões relativos a recursos extraorçamentários. A execução orçamentária de 2016 chegou a R\$ 1,16 trilhão, sendo R\$ 864 bilhões relativos aos programas temáticos e R\$ 294 bilhões referentes aos programas de gestão. Já os recursos extraorçamentários tiveram uma execução de R\$ 492 bilhões em 2016, sendo a totalidade relativa aos programas temáticos.

Somando-se as execuções orçamentária e extraorçamentária de 2016, o valor global executado dos programas temáticos alcançou R\$ 1,36 trilhão. O Gráfico 5 mostra que, desse montante, cerca de R\$ 49 bilhões (ou 4%) foram destinados às políticas e temas especiais, enquanto R\$ 223 bilhões (ou 16%) foram aplicados nas políticas de infraestrutura. R\$ 245 bilhões (ou 18%) foram destinados às políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental, e R\$ 839 bilhões (ou 62%) para as políticas sociais e de segurança.

**GRÁFICO 5 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS POR ÁREA TEMÁTICA EXERCÍCIO 2016 (R\$ BILHÕES)**

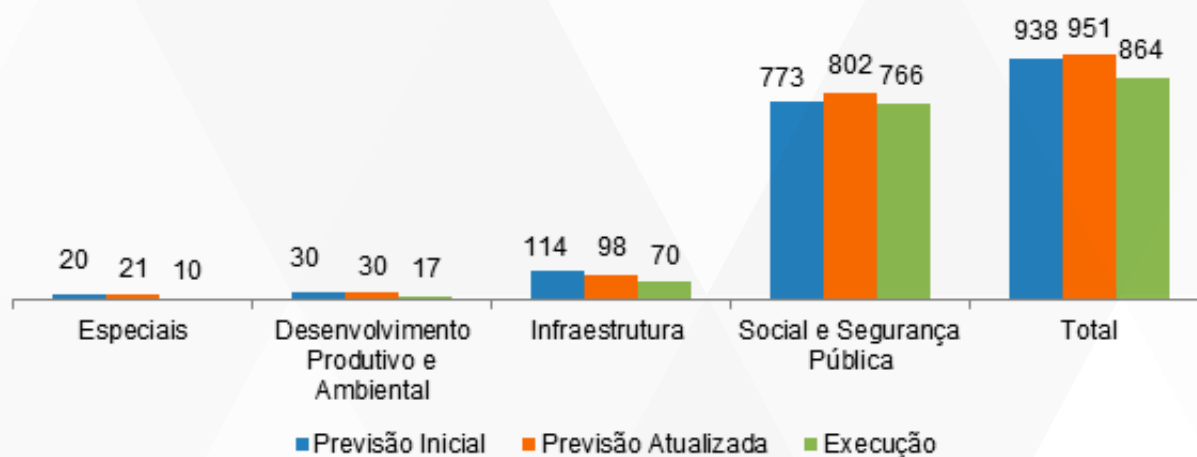


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Do total de R\$ 864 bilhões de recursos orçamentários executados pelos programas temáticos, o Gráfico 6 mostra o detalhamento por área temática na execução de 2016. Desse montante, cerca de R\$ 10 bilhões (ou 1%) foram destinados às políticas e temas especiais, enquanto R\$ 17 bilhões (ou 2%) foram para as políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental. R\$ 70 bilhões (ou 8%) foram relativos às políticas de infraestrutura, e ainda R\$ 766 bilhões (ou 89%) para as políticas sociais e de segurança.

**GRÁFICO 6 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS POR ÁREA TEMÁTICA EXERCÍCIO 2016 (R\$ BILHÕES)**



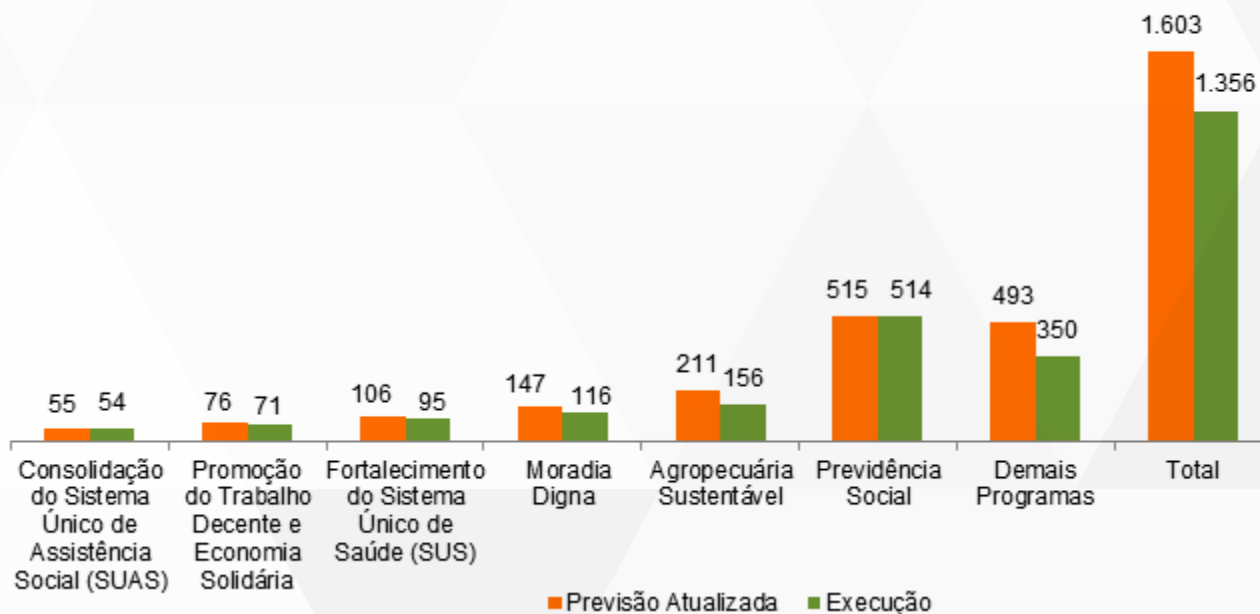


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP

Considerando o volume total de R\$ 1,36 trilhão referente ao montante de recursos executados nos programas temáticos em 2016, o Gráfico 7 mostra os valores relativos aos maiores programas do PPA.

**GRÁFICO 7 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS POR MAIORES PROGRAMAS EXERCÍCIO 2016 (R\$ BILHÕES)**

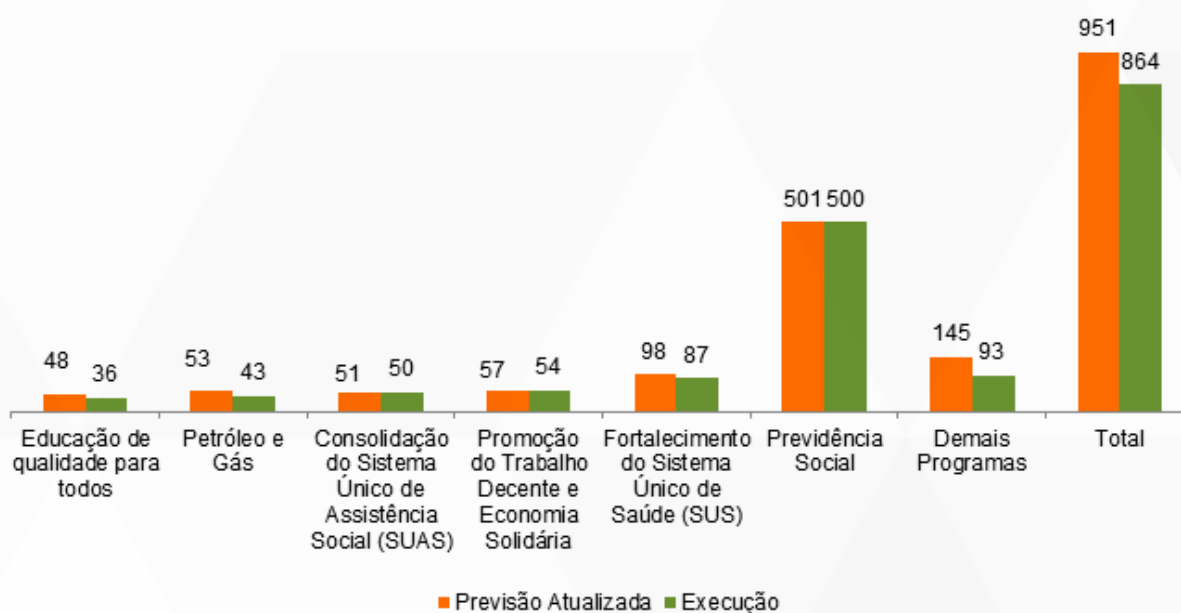


Nota: A previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Da mesma forma, porém considerando somente os R\$ 864 bilhões de recursos orçamentários executados nos programas temáticos, o Gráfico 8 mostra os maiores programas em termos de volume de execução, trazendo também as colunas com valores previstos, para fins de comparação.

**GRÁFICO 8 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR MAIORES PROGRAMAS EXERCÍCIO 2016 (R\$ BILHÕES)**



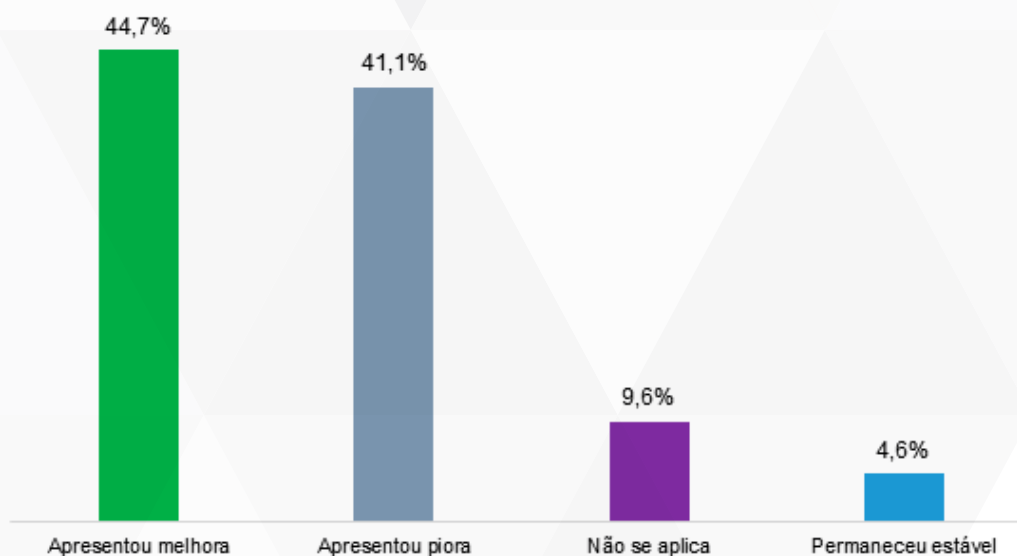
Nota: A previsão atualizada considera créditos à LOA e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

## PERFIL DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

Relativamente ao desempenho dos indicadores dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019 no exercício de 2016, a análise dos resultados é mostrada de forma resumida no Gráfico 9. De um total de 564 indicadores, houve alguma melhora em 252, ou 44,7% do total.

**GRÁFICO 9 - DESEMPENHO DOS INDICADORES DO PPA EM 2016**



Nota: A classificação "Apresentou melhora" indica que o valor apurado do indicador apresentou alguma melhora em relação ao índice de referência, enquanto a classificação "Apresentou piora" indica que houve alguma piora em relação ao índice de referência. A

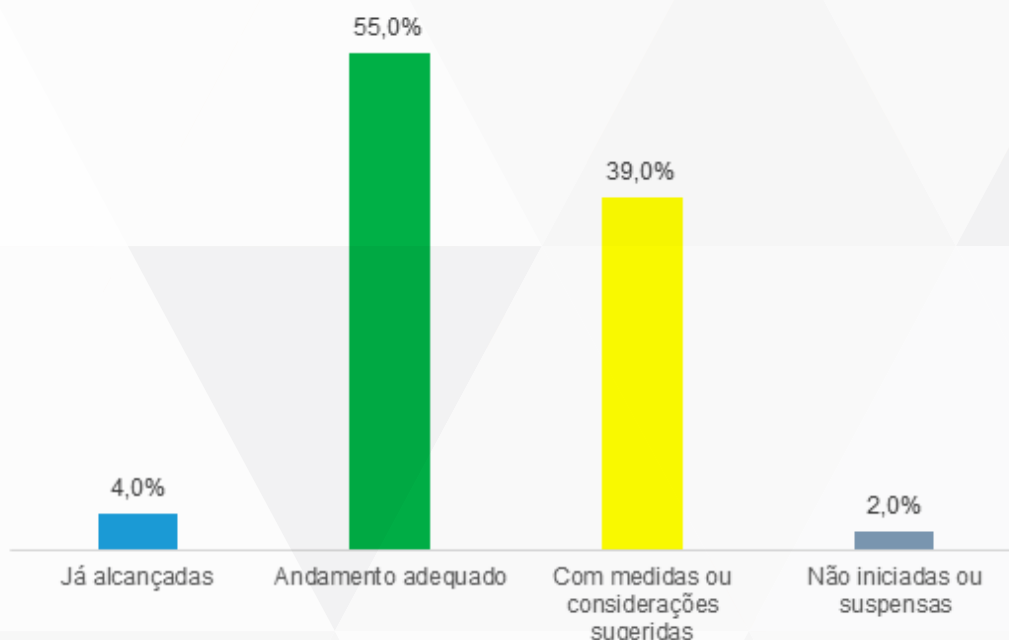
classificação "Não se aplica" indica que não houve coleta de dados no primeiro ano do PPA, que o indicador não possui dados de referência ou que é do tipo neutro, sem uma direção desejável. A classificação "Permaneceu estável" indica que o valor apurado do indicador não sofreu alteração em relação ao índice de referência.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

## PERFIL DA EVOLUÇÃO DAS METAS

Neste primeiro ano de monitoramento do PPA 2016-2019, conforme ilustrado no Gráfico 10 a seguir, verificou-se que 55% das metas estão com andamento adequado, dentro do planejado para o período, enquanto 4% já tiveram seus valores atingidos e apenas 2% ainda não foram iniciadas ou estão suspensas.

**GRÁFICO 10 - DESEMPENHO DAS METAS DO PPA EM 2016**



Nota: O monitoramento do PPA classifica as metas como já alcançadas, com andamento adequado, não iniciadas ou suspensas ou com medidas ou considerações identificadas no processo de Monitoramento para garantir seu andamento previsto.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Do total das metas, 39% apresentaram indicação de medidas ou considerações para garantir o seu andamento adequado. O Gráfico 11 abaixo apresenta as medidas sugeridas conforme identificado no processo de Monitoramento, classificadas por 7 tipologias previamente estabelecidas.

## GRÁFICO 11 - MEDIDAS SUGERIDAS PARA A PLENA EXECUÇÃO DO PPA 2016-2019



Nota: Cada meta pode ter mais de uma medida sugerida e os percentuais indicam a participação de cada tipo de medida no número total de ocorrências de medidas sugeridas. A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a melhor distribuição dos recursos humanos disponíveis, até a redefinição de papéis e atribuições ou a ampliação da equipe mediante a contratação de colaboradores. A revisão de normativos legais ou regulamentação da legislação significa que existe a necessidade da elaboração ou revisão de normas ou a edição de novos regimentos necessários para o cumprimento da meta. A realização de ações de divulgação significa a necessidade de melhor comunicação da meta junto aos atores e às instituições envolvidas de forma a melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

## DESTAQUES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Esta seção traz um resumo das informações relativas aos programas temáticos no exercício de 2016, fazendo um apanhado dos principais destaques das políticas públicas do governo federal neste primeiro ano do ciclo, organizadas conforme o arranjo das áreas no PPA 2016-2019. A leitura deste documento possibilita uma visão abrangente sobre todos os segmentos da ação governamental presentes no Plano Plurianual, com ênfase nos registros mais relevantes de 2016.

## SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

A inclusão social tem proporcionado uma condição de vida melhor a uma parcela expressiva da população a partir do acesso a serviços, à renda e às oportunidades. No âmbito da assistência social, e especialmente em sua estratégia de garantia de renda, o programa Bolsa Família, durante o ano de 2016, atendeu a uma média de 13,83 milhões de famílias por mês, finalizando o ano com 13,57 milhões de famílias na folha de pagamento de dezembro, o que equivale a aproximadamente 45,87 milhões de pessoas, equivalente a 98,77% da meta relativa à estimativa de famílias pobres e extremamente pobres. Apesar da pequena redução no último bimestre de 2016, a meta estipulada vem sendo alcançada continuamente desde 2012.

Para manutenção do poder aquisitivo dos beneficiários do Bolsa Família, foi concedido aumento de 12,38% em julho de 2016, elevando o valor médio do benefício para R\$ 181,15, na medida em que foram atualizados os valores das linhas de pobreza – de R\$ 154 para R\$ 170 – e de extrema pobreza – de R\$ 77 para R\$ 85.

A continuidade do impacto do Bolsa Família na redução da extrema pobreza depende do aperfeiçoamento do desenho de benefícios, tornando menos complexa sua operacionalização e aumentando sua compreensão pelos beneficiários; da ampliação do acesso das famílias beneficiárias aos direitos sociais básicos, por meio da articulação com as políticas de saúde, educação e assistência social, da reafirmação do princípio da equidade subjacente às condicionalidades para priorização de segmentos populacionais historicamente excluídos e, ainda, do desenvolvimento do modelo de gestão compartilhada por meio do fortalecimento das gestões locais.

Os serviços e programas da assistência social estão estruturadas em dois níveis de atenção (proteção social básica e especial), considerando a complexidade das situações envolvidas. Na esfera da proteção social básica, a rede de Cras (Centros de Referência de Assistência Social), formada por 8.273 unidades distribuídas por quase todos os municípios do país, sendo 90% cofinanciadas pelo governo federal, permite a cobertura de 76,6% da população registrada no Cadastro Único para programas Sociais (CadÚnico). Observa-se uma elevação na qualidade dessa rede, cujo percentual de unidades operando segundo padrões nacionais de funcionamento passou de 59% (2011) para 76,4% (2015).

Na esfera da proteção social especial, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) são as principais unidades de prestação de serviços de média complexidade. Ao final de 2016, o governo federal cofinanciava a oferta de serviços em 2.516 Creas municipais e regionais. O cofinanciamento federal cobre aproximadamente 95% dos municípios com mais de 20 mil habitantes, tendo sido adotada a estratégia de oferta regionalizada para os 3.917 municípios de pequeno porte. Em 2016 a cobertura dos serviços regionalizados evoluiu de 272 (6,9%, em dezembro/2015) para 336 municípios (8,6%), segundo os registros do Cadastro de Unidades do SUAS (CadSuas).

A saúde é outra importante componente da rede de proteção social oferecida pelo poder público. A política de saúde busca a distribuição de ações e serviços de forma regionalizada, com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, do referenciamento entre os níveis de atenção e do direcionamento para a equidade na distribuição dos recursos e na oferta dos serviços. As linhas de atuação se inter-relacionam no sentido de potencializar o acesso da população aos produtos e serviços. São elas:

Atenção Básica, Atenção Especializada, Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária, Complexo Produtivo da Saúde, Aperfeiçoamento do Pessoal Envolvido no SUS e Gestão do Sistema.

Visando ao aprimoramento da vigilância e ao enfrentamento de epidemias de dengue, zika e chikungunya no Brasil, foi desenvolvida em 2016 uma série de iniciativas, das quais destaca-se a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, por meio do Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes*, instituído pelo governo federal. Foi estabelecida uma meta de redução da letalidade por dengue em 25% até o final de 2019, tendo como base o ano de 2014. Entre 2014 e 2015, embora tenham sido observadas elevações dos casos notificados e das taxas de mortalidade por dengue, houve redução da letalidade de 0,081% para 0,058%. Ainda em 2016, 45% dos municípios brasileiros atingiram a meta de realizar, pelo menos, quatro ciclos de visitas domiciliares, com cobertura maior ou igual a 84% dos imóveis locais. Foi também estabelecida a Estratégia de Ação Rápida para garantir o acesso de todas as crianças com suspeita de microcefalia à confirmação do diagnóstico e encaminhamento às redes dos sistemas de saúde e assistência social. Os estados e municípios receberam apoio federal, inclusive financeiro, para levantamento de informações e organização da rede de serviços e para realizar a busca-ativa dos casos suspeitos, a fim de que as crianças possam acessar os serviços de diagnósticos, com transporte e hospedagem, quando necessário.

Destaca-se ainda a ampliação do número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) que utilizam prontuário eletrônico, visando à reestruturação da informação da atenção básica em saúde em nível nacional. A quantidade alcançada em 2016 foi de 12.187 UBS utilizando prontuário eletrônico, cerca de 29% das UBS em funcionamento no país.

A ampliação do número de leitos de UTI no SUS visa garantir o acesso ao paciente grave ou de risco, priorizar as ações para a redução da mortalidade, induzir a formação e qualificação de recursos humanos especializados e induzir a implantação de mecanismos de regulação, controle e avaliação da assistência prestada aos pacientes graves ou potencialmente graves no SUS. Em 2016, foram habilitados 1.180 leitos de todas as modalidades: UTI Adulto, UTI Pediátrica, Unidade Coronariana e Unidades Neonatais. A cobertura da suficiência de leitos neonatais aumentou de 37% para 41% dos estados com suficiência de leitos neonatal.

Na Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) é destacado como um dos componentes mais importantes, com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida. A cobertura populacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência foi elevada de 75% em 2014 para 80,6% em 2016.

Eixo estruturante da ação do Estado para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, a educação tem um papel preponderante na construção de um Brasil desenvolvido. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pelo Congresso Nacional após amplo debate com a sociedade, constitui um importante marco para as políticas educacionais do Brasil. Nos últimos anos, a política educacional vem sendo orientada sob uma perspectiva sistêmica, considerando o ciclo educacional como um todo, sem fragmentar ou priorizar isoladamente níveis, etapas ou modalidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma importante ação desenvolvida a partir de 2015 para

orientar os currículos das redes de ensino, os materiais didáticos, as formações de professores e as avaliações de aprendizagem da educação básica. A versão final da base está em fase de consolidação para encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para análise e aprovação.

Visando apoiar a educação em tempo integral, foi reformulado o programa Mais Educação, que passou a se denominar Novo Mais Educação, como estratégia para melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática de estudantes do ensino fundamental, mediante a ampliação da jornada de crianças e adolescentes para 5 ou 15 horas semanais no turno ou contraturno escolar e a oferta de atividades complementares de apoio pedagógico. Para execução em 2017, 46.275 escolas aderiram ao programa, podendo atender 5,7 milhões de estudantes, conforme os planos de atendimento informados pelas escolas.

A reforma do ensino médio busca conciliar os currículos ofertados às vocações dos estudantes, aumentando o interesse dos jovens e facilitando sua preparação profissional. A Medida Provisória 746/2016, convertida na Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que apresentou o novo ensino médio, instituiu também a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, com o objetivo de estabelecer uma política de educação integral com apoio aos estados para que convertam escolas regulares em escolas de tempo integral.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) possibilita a concessão de financiamento a estudantes de instituições privadas. Em 2016, foram firmados 203.255 novos contratos, além da renovação de aproximadamente 1,2 milhão de contratos vigentes, totalizando um investimento de R\$ 17 bilhões no ano. Já o programa Universidade para Todos (ProUni) ofertou 329.180 novas bolsas durante 2016. Nesse mesmo ano, foram concedidas 100.580 bolsas de pós-graduação no país, sendo 50.393 de mestrado, 43.188 de doutorado e 6.999 de pós-doutorado. Em relação à educação profissional, houve um processo de expansão, interiorização e democratização da oferta nos últimos anos. As mais de 9,1 milhões de matrículas realizadas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) até 2016 contribuíram para o atendimento das metas 10 e 11 do PNE.

No âmbito da cultura, o Brasil continua a desenvolver ações que estimulam, incentivam e possibilitam o acesso da população aos seus bens e serviços e ao patrimônio cultural. Destacam-se em 2016 o programa de Cultura do Trabalhador, que beneficiou cerca de 58 mil trabalhadores por meio do cartão Vale-Cultura; o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural pelo qual estão sendo construídos 200 Centros de Artes e Esportes Unificados, tendo sido entregues 138 unidades nas cinco regiões do país até 2016, das quais 46 em 2016; e ainda o fomento de 84 pontos/pontões de cultura no programa Cultura Viva, sendo um em comunidade indígena, além de programações especialmente desenvolvidas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Em relação aos esportes, é essencial destacar o sucesso dos Jogos Rio 2016, que rendeu ao país reconhecimento mundial e comprovou a capacidade do Brasil em realizar grandes eventos. Os Jogos Olímpicos reuniram 11.303 atletas de 206 países e de uma inédita delegação de refugiados, que participaram de competições em 42 modalidades esportivas, distribuídas por 32 arenas de competição. Durante 15 dias de jogos, foram quebrados 91 recordes olímpicos e outros 27 mundiais, tendo sido vendidos 6,1 milhões de ingressos para todas as arenas, cerca de 91% do total disponibilizado ao público. A cidade do Rio de Janeiro foi visitada por 1,17 milhão de turistas, sendo 410 mil estrangeiros, que movimentaram R\$ 4,1 bilhões no período. Outros 4.333 atletas de 160 países participaram dos Jogos Paralímpicos em 23 modalidades, em um

total de 1.488 medalhas conquistadas. As competições contaram ainda com uma audiência global de cerca de 5 bilhões de espectadores, representando novo potencial turístico aberto para o país.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 colocou o tema acessibilidade em evidência. O país adotou diversos procedimentos e medidas de acessibilidade para que as pessoas com deficiência fossem recebidas da maneira mais confortável possível, sem abrir mão dos padrões de segurança em grandes eventos. Nesse tema, foi criado o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência, em cumprimento à Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, com representações dos órgãos da administração federal que executam políticas para as pessoas com deficiência. Em 2016, houve a estruturação do Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia no campus de Urutaí (Goiás). O governo federal ainda disponibilizou um veículo adequado para as Centrais de Interpretação de Libras em 16 municípios do país.

No contexto atual de ajustes na busca da retomada do crescimento sustentável, é essencial a ação do governo federal na promoção do trabalho decente e da economia solidária. Em 2016, o Portal Mais Emprego foi fortalecido para dar maior acessibilidade, usabilidade e conhecimento da ferramenta entre os trabalhadores e empregadores. Quanto à recolocação no mercado de trabalho, dos 7,5 milhões de requerentes do seguro-desemprego, 50,1 mil foram recolocados por meio da intermediação de mão de obra. Com relação ao programa de Microcrédito Produtivo Orientado, as instituições financeiras federais ofertaram crédito de R\$ 11,18 bilhões, atendendo mais de 3,6 milhões de clientes. Também foram apoiados 2,3 mil empreendimentos de economia solidária, com ações de incubação de empreendimentos e fortalecimento das redes de cooperação solidárias, o que beneficiou 39,1 mil pessoas.

Em relação às políticas da Previdência Social, ao longo do ano de 2016, os debates foram intensificados em torno de sua reformulação, em especial a necessidade de financiamento do sistema. Houve vários debates, com participação de diversos representantes da sociedade e de outros órgãos do governo para discutir e elaborar proposta de alteração das regras do regime geral, que visa adequar as regras brasileiras à mudança demográfica em curso e alinhá-las ao padrão internacional. Espera-se, dessa forma, que seja possível manter a despesa previdenciária estável em relação ao PIB durante as próximas décadas, além de equilibrar as contas públicas para garantir a sustentabilidade do sistema de seguridade social. Como resultado desses trabalhos, em dezembro de 2016, o governo encaminhou uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC 287/2016, que propõe alterações no âmbito do disciplinamento constitucional da seguridade social, especialmente no tocante à Previdência Social.

Em relação aos regimes previdenciários, importantes medidas foram efetivadas para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial. Novas leis, bem como algumas medidas provisórias, foram publicadas no período inicial do PPA 2016-2019 com alterações substanciais na concessão e manutenção de benefícios. Ainda, na revisão dos benefícios por incapacidade de longa duração, foram realizadas cerca de 23 mil revisões, com economia estimada em mais de R\$ 220 milhões. Uma ação de destaque no rol das medidas adotadas em 2016 foi a comprovação de vida dos beneficiários, que determina a atualização cadastral e prova de vida aos recebedores de benefícios por meio de cartão magnético, conta poupança e conta corrente. Essa ação também ocorre nos casos de cadastramento e revalidação de procuração, desbloqueio de benefícios, alteração de domicílio bancário ou meio de pagamento e propiciou uma economia de R\$ 1,1 bilhão aos cofres públicos.



Na área da justiça e segurança, durante 2016, foi construída uma nova política de segurança pública, mais ampla, que culminou no Plano Nacional de Segurança Pública, cujo lançamento ocorreu no início de 2017. São objetivos a serem alcançados pelo plano, mediante a implementação de estratégias transversais e projetos sociais de prevenção à violência em áreas vulneráveis: redução de homicídios dolosos, de feminicídios e de violência contra as mulheres; racionalização e modernização do sistema penitenciário; enfrentamento às organizações criminosas, com ênfase nos delitos transnacionais, narcotráfico e tráfico de armas, com especial atenção à área de fronteira.

Na questão dos direitos humanos, cabe destacar a realização, de forma conjunta, da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

No que se refere à temática das crianças e adolescentes, existem mais de 5.956 Conselhos Tutelares atualmente, dos quais 2.771 já foram contemplados com conjunto de equipagem (automóvel, computadores, impressora, refrigerador e bebedouro). No âmbito da proteção, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes é o principal fórum de atuação do governo federal nessa área. Dentre as ações desenvolvidas, foi concluída a elaboração dos Parâmetros para Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, documento com objetivo de padronizar o atendimento prestado nos serviços da rede de proteção do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência para evitar a revitimização.

No que tange à promoção dos direitos da juventude, destaca-se a Identidade Jovem (ID Jovem), lançada ao fim do exercício de 2016, e a qual já contemplou mais de 20 mil jovens em todo o Brasil. A possibilidade de emissão virtual do cartão de identificação, por meio de site na internet e aplicativo para dispositivos móveis, facilitou a adesão ao programa. Também cabe destaque à assinatura do Protocolo para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência. Um exemplo de ação já realizada é a audiência pública no Conselho Nacional do Ministério Público sobre o tema do protocolo, envolvendo sociedade civil, parlamentares, gestores públicos e atores do sistema do judiciário, tendo já resultado na publicação específica para orientar promotores a respeito do problema e na aprovação das cotas para negros em concursos do Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça.

A propósito da promoção da igualdade racial, em 2016, a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) contou com maior ênfase na ampliação da atuação institucional dos Conselhos de Promoção da Igualdade Racial e órgãos afins nos entes federados. Os estados de Goiás, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco; e os municípios de Pedro Gomes (MS), Porto Seguro (BA), Contagem (MG), Aparecida de Goiânia (GO), Cariacica (ES), Campinas (SP) e Minaçu (GO) aderiram ao Sinapir, totalizando 43 entes federados no sistema.

Quanto às políticas para as mulheres, a realização da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM), em Brasília (DF), de 10 a 13 de maio de 2016, mobilizou 2.214 delegadas provenientes dos 26 estados e do Distrito Federal, entre representantes da sociedade civil e do campo governamental, que debateram em profundidade os quatro eixos centrais da CNPM a partir de propostas formuladas nas conferências municipais e estaduais realizadas em todo o país, de junho de 2015 a dezembro de 2015.

Em relação à violência contra a mulher, destacam-se as três Casas da Mulher Brasileira em funcionamento: Brasília (DF), Campo Grande (MS) e Curitiba (PR), além da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que realizou 637.115 atendimentos, e da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, que chega ao final de 2016 com 1.067 serviços em funcionamento.

Já na questão dos povos indígenas, foram apoiados mais de 200 projetos na área de etnodesenvolvimento, sendo 40% relacionados à agricultura, 14% ao extrativismo, 12% à pecuária e o restante a eventos diversos, como capacitações, seminários e oficinas temáticas, beneficiando 9.074 famílias indígenas. Nas ações para garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, a proteção dos povos isolados e a demarcação, regularização fundiária e proteção territorial, destacam-se medidas como a delimitação de 12 terras indígenas e a conclusão da análise de 10 relatórios circunstanciados de identificação e delimitação de terras indígenas. Em relação às ações para constituição de reserva e homologação de terras indígenas, foram editados três decretos de homologação, abarcando aproximadamente 760 mil hectares de terras situadas nos estados do Pará, Mato Grosso e São Paulo, além da publicação de 12 portarias declaratórias.

Com vistas à promoção do desenvolvimento agrário, seja como estratégia para redução dos conflitos no campo, seja para incentivo da produção voltada ao consumo ou à comercialização, a questão da reforma agrária teve como destaque, em 2016, a edição de 21 decretos de desapropriação, perfazendo um total de 35 mil hectares e garantindo condições de vida e produção para 1.150 famílias. Esses imóveis correspondem ao montante de R\$ 108 milhões, sendo R\$ 17 milhões em moeda corrente e R\$ 92 milhões em Títulos da Dívida Agrária. Esse resultado se deve ao esforço do governo, mesmo diante das dificuldades nos recursos disponíveis e nos processos judiciais de desapropriação decorrentes da legislação atual.

Na modalidade de compra e venda, nos moldes do Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992, foram adquiridos 4 imóveis, totalizando 15.800 hectares, com capacidade para atendimento a 660 famílias, correspondendo a um montante de R\$ 33 milhões. Já na modalidade de adjudicação, foi adquirido apenas um imóvel, pois se trata de uma forma nova de obtenção, em que o pagamento deve ser acordado junto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Está em elaboração um normativo específico.

No Programa Nacional de Reforma Agrária, exercício de 2016, foram assentadas 1.608 famílias e criados 25 projetos de assentamento, sendo 24 projetos federais e um ambientalmente diferenciado, totalizando 26 hectares. Também houve o reconhecimento de 2 projetos estaduais, com 1.150 hectares. Este processo foi interrompido pela suspensão cautelar no processo de cadastro e seleção de novos beneficiários do Programa, derivada do Acórdão 775/2016 do Tribunal de Contas da União. O Incra está desenvolvendo diversas ações contidas no Plano de Providências (PP-Incra) para atender às recomendações do referido acórdão.

Mesmo fora do Mapa Mundial da Fome, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), desde 2014, o Brasil tem o desafio de aprofundar a agenda da segurança alimentar e nutricional para garantir o direito humano à alimentação adequada para toda a população, inclusive grupos específicos mais vulneráveis. Em 2016, foram realizadas ações de inclusão produtiva rural e acesso a alimentos para 4,4 mil famílias de povos e comunidades tradicionais de áreas rurais em situação de extrema pobreza. Já no programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que consiste na compra de alimentos da agricultura familiar para doação a entidades assistenciais, no abastecimento da rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e na recomposição dos estoques e comercialização, foram executados cerca de R\$ 588 milhões em 2016.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com orçamento de R\$ 3,44 bilhões em 2016 (os dados de execução ainda não foram disponibilizados), reserva 30% dos recursos repassados às redes estaduais e municipais de ensino para compras da agricultura familiar no fornecimento das refeições a mais de 40 milhões de estudantes da educação básica, além de estimular a formação de hábitos nutricionais saudáveis. Formar hábitos saudáveis ajuda a controlar e prevenir doenças decorrentes do sobrepeso (53,9% da população) e da obesidade (18,9%) em todas as faixas etárias, como problemas do coração, hipertensão, diabetes e câncer. Ainda em 2016, foi lançado o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), com vigência igual à do PPA, que reúne ações de mais de dez órgãos federais, para fortalecer a produção agroecológica e orgânica, ampliar a oferta e o consumo de alimentos saudáveis, apoiar o uso sustentável dos recursos naturais e disseminar o conhecimento em agroecologia.

Para incentivar a produção de alimentos, buscando contribuir com a segurança alimentar e o combate à inflação, o financiamento da safra 2016/2017 pelo Pronaf passou a possibilitar operações de custeio com juros de 2,5% ao ano a todas as faixas de valores até R\$ 250 mil. Em setembro de 2016, foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional a elevação do limite de cobertura do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), importante instrumento de proteção da produção. Para lavouras permanentes e olerícolas (como café, verduras, legumes e fruticultura), o valor da Receita Líquida Segurável (RLS) passa de R\$ 20 mil para R\$ 40 mil. Para as demais culturas, o limite passa de R\$ 20 mil para R\$ 22 mil. O seguro, destinado aos beneficiários do Pronaf Custeio, na safra 2016/2017, enquadrando 206 mil empreendimentos de agricultores familiares, até dezembro de 2016, com um valor segurado de R\$ 6,8 bilhões.

O programa Garantia Safra, que visa garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios situados na região da Sudene, em caso de perda de safra por razão de estiagem ou excesso hídrico, registrou na safra 2015/2016 a adesão de 991 mil agricultores de 1.220 municípios, tendo sido pagos R\$ 432,1 milhões em benefícios a 508 mil agricultores. Na safra 2016/2017, foram disponibilizadas 1,35 milhão de cotas, sendo que, entre julho e dezembro de 2016, houve a adesão de 583.865 agricultores familiares em 710 municípios.

Por fim, no exercício de 2016, foram prestados serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a 323.744 famílias, das quais 208 mil são famílias beneficiárias do programa Bolsa Verde, do Plano Brasil Sem Miséria e do programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Ainda em 2016, no contexto da promoção do acesso à água para o consumo humano nas regiões rurais, vale destacar o programa Cisternas, que beneficiou 49.690 famílias, e o programa Água Doce, que entregou 15 sistemas de dessalinização de água e 267 sistemas coletivos de abastecimento.

## **INFRAESTRUTURA**

A área de energia é crucial para o desenvolvimento nacional, tendo papel de destaque entre os resultados de 2016. No ano, entraram em operação 5.204,69 MW de capacidade de geração de fonte hidráulica, levando o indicador do programa que mede a participação dessa fonte na matriz elétrica brasileira ao valor de 64,47%. O acréscimo ocorrido durante o ano, de 5.204,69 MW, foi devido à entrada em operação de importantes empreendimentos hidroelétricos, como as primeiras turbinas da usina de Belo Monte e a totalidade das máquinas do Sítio Pimental. Destaca-se também a expansão da capacidade instalada de

geração a partir da fonte eólica, correspondente a 2.564,1 MW. Em dezembro de 2016, a fonte eólica representava 6,7% da capacidade total instalada no Brasil. Em dezembro de 2015, essa participação era de 5,42%.

O destaque para a produção de petróleo, em 2016, foi o expressivo crescimento da produção no campo de Lula (áreas de Iracema Norte e Iracema Sul, com os FPSO Cidade de Itaguaí e Cidade de Mangaratiba) e no campo de Sapinhoá (FPSO Cidade de Ilhabela), localizados no pré-sal da Bacia de Santos, além da área do Parque das Baleias (P-58), na porção capixaba da Bacia de Campos. Adicionalmente, houve o início da operação de três sistemas de produção, sendo dois no campo de Lula (FPSO Cidade de Maricá e FPSO Cidade de Saquarema) e um em Lapa (FPSO Cidade de Caraguatatuba), também localizados no pré-sal na Bacia de Santos. Em dezembro de 2016, 68 poços produziram a média diária de 1,57 milhão de barris de petróleo e gás natural nos reservatórios do pré-sal, valor esse correspondente a 45,8% da produção nacional no período, que foi de 3,43 milhões de barris por dia.

No setor de combustíveis, destaca-se o valor adquirido de matérias-primas da agricultura familiar para a produção de biodiesel em 2016, de R\$ 4,2 bilhões; enquanto foram adquiridos R\$ 10,4 bilhões de outros fornecedores. Assim, a participação da agricultura familiar ficou em 28,77%, valor considerado satisfatório, considerada a queda na demanda. Sobre a capacidade instalada nacional de processamento de petróleo, foi registrado na região Nordeste, em 2016, acréscimo de 37,6 mil barris de petróleo por dia, alcançando atualmente 24,1% da meta proposta para o período até 2019, uma marca considerada satisfatória.

Quanto aos biocombustíveis, o Brasil mantém posição de destaque no cenário internacional, como segundo maior produtor. Segundo o Balanço Energético Nacional de 2016, aproximadamente 41,2% de toda a energia ofertada internamente é originária de fontes renováveis, sendo 16,9% de biomassa da cana e 1% de biodiesel. No que se refere ao consumo de energia nos transportes, os biocombustíveis representam aproximadamente 20,7% do total de combustíveis utilizados no país, sendo 18,4% etanol (anidro e hidratado) e 2,3% biodiesel. A taxa média anual de crescimento da produção de etanol para o período 2006-2015 foi de 5,3%. A produção nacional de biodiesel atendeu à demanda nacional, enquanto a produção nacional de etanol chegou a 107% da demanda, indicando a possibilidade de exportação desse combustível em até 957 mil m<sup>3</sup>.

Com relação à área de geologia, mineração e transformação mineral, destacam-se os avanços observados no objetivo de ampliar as oportunidades de exploração mineral, em particular o projeto Potássio Brasil, que levou a aumento do conhecimento geológico aplicado à ampliação de reservas e à identificação de novos depósitos na Bacia do Amazonas, tendo sido identificada uma área com potencial para minerais estratégicos. Além disso, na área de fertilizantes-minerais estratégicos, foram produzidos mapas de infraestrutura (transporte terrestre, aéreo e fluvial, redes de telecomunicações, disponibilidade de energia) e das principais áreas produtoras de grãos, incluindo a nova fronteira agrícola denominada de Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), e ainda das áreas consumidoras de fertilizantes.

Ainda no campo da exploração de recursos naturais, houve ampliação de 2.958.759 botijões do GLP de 13 quilos (P-13) em 2016, frente a uma meta total de 4.700.000 botijões em quatro anos, resultado extremamente positivo. No ano, foram entregues 4 navios: os gaseiros Barbosa Lima Sobrinho (em 8 de janeiro, com capacidade de transporte para 5.095 tpb), Darcy Ribeiro (em 20 de junho, para 5.100 tpb) e Lúcio Costa (em 20 de setembro, para 5.097 tpb); bem como o petroleiro Suezmax Machado de Assis (em 21

de setembro, para 156.829 tpb). A construção desses navios foi apoiada pelo programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef), assim como um navio granadeiro.

Com relação ao transporte aquaviário, foram realizadas ações direcionadas à expansão da cobertura e ampliação da capacidade da rede de transporte hidroviário no país, assegurando sua disponibilidade e promovendo a modernização da frota mercante. Nesse âmbito, destaca-se a contratação emergencial das obras de adequação das IP4 de Humaitá e Manacapuru, concluindo os dois empreendimentos ao longo do ano de 2016, além da manutenção de 40 IP4s localizadas no Norte, dentro das normas estabelecidas pela Marinha. A respeito das diversas iniciativas para melhorar a gestão portuária, frisa-se a apresentação da primeira versão do Plano Geral de Outorgas, com a elaboração da base de dados eletrônica e georreferenciada e o guia de procedimentos para outorgas portuárias.

A aviação civil também teve destaques em 2016, como o aperfeiçoamento dos indicadores relativos à movimentação de passageiros, aeronaves e cargas. A capacidade anual de processamento de passageiros foi de 386.616.000 e representa 100,41% da meta estabelecida para o período do PPA. Já a capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos para o ano de 2016 foi de 2.217.321 toneladas e alcançou 92,39% da meta para todo o período do PPA. Outro ponto importante diz respeito à meta qualitativa de elaborar o novo Plano Aeroviário Nacional, no qual são estabelecidas as premissas e objetivos de desenvolvimento para o setor, e ainda planejados os cenários de evolução dos aeroportos de interesse nacional. No que se refere às rotas aéreas, ao fim do ano de 2016, chegou-se a 742 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas e a 111 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas, representando, assim, a execução de aproximadamente 74% das respectivas metas.

Na área de transporte terrestre, destaca-se no ano de 2016 o lançamento do programa de Parceria de Investimentos (PPI), com a edição da Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016. O PPI busca ampliar e consolidar a interação entre o Estado e a iniciativa privada, com qualificação de processos de articulação institucional e de empreendimentos públicos federais, celebração de contratos de parceria para a sua execução e outras medidas de desestatização. Dentre as obras realizadas, é importante frisar a construção de contornos, anéis e travessias urbanas em Campo Grande, Fortaleza, Cuiabá, Jataí e Barra do Garças. No âmbito da integração territorial, pode-se citar a execução de 91,7 Km de obras de construção e pavimentação rodoviária, nas rodovias BR-163/PA, BR-230/PA, BR-242/TO, BR-235/BA, BR-235/PI, BR-020/CE, BR-487/PR e BR-158/MT. As ferrovias também tiveram destaque no ano de 2016, em que foram implantados 68 Km de grade ferroviária na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul.

Com relação aos avanços observados na área de mobilidade urbana, o destaque é o objetivo de apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana. Na meta de apoiar a implantação ou requalificação de 1.480 Km de sistemas sobre pneus em 72 municípios, foram implantados 84,41 Km, dentre os quais se incluem dois importantes BRTs no Rio de Janeiro (6,4 Km do BRT Transoeste e 13 Km do BRT Transolímpica) bem como o BRT de Belém (5,86 Km). Já na meta de apoiar a implantação ou requalificação de 320 Km de sistemas sobre trilhos em 16 municípios, foram implantados 45,11 Km. Nesse quantitativo, estão o VLT do Rio de Janeiro (7,2 Km), a Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro (12,7 Km), o metrô de Salvador (14,9 Km) e as linhas 15 (2,91 Km) e 5 Lilás (0,6 Km), ambas em São Paulo. Vale registrar ainda a entrada em operação do VLT da Baixada Santista, entre Santos e São Vicente. Além disso, na meta de pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente, foram implantados projetos do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, que totalizaram 1.114 Km em 2016.

Uma questão essencial na área de infraestrutura para o Brasil é o saneamento, cujo destaque de 2016 fica com a conclusão de 59 empreendimentos de esgotamento sanitário, que totalizaram R\$ 918,4 milhões. Ainda em 2016, foram iniciados 38 empreendimentos, que totalizam R\$ 1.840,8 milhões. Cabe ainda registrar que, nessa modalidade, estão em andamento 453 empreendimentos, totalizando R\$ 18.945,5 milhões. Também foram concluídos 66 empreendimentos de abastecimento de água, que totalizaram R\$ 1.039,1 milhões, além de outros 31 empreendimentos iniciados, com total de R\$ 1.670,5 milhões.

Com relação aos esforços destinados à gestão de riscos e de desastres, vale frisar, em 2016, a conclusão de 15 empreendimentos de drenagem urbana, resultantes da aplicação de um montante de R\$ 485,2 milhões. Além desses, existem 171 empreendimentos em andamento, somando um montante de R\$ 10.753,9 milhões em investimentos. Também foram investidos R\$ 107,3 milhões (já pagos) em planos municipais de redução de riscos, além de projetos e obras de contenção de encostas urbanas com alto risco de deslizamentos, criando condições para cumprimento da meta de conclusão de 64 empreendimentos até o final de 2018.

Cumprir salientar que o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) monitora 958 municípios, sendo 31 no Centro-Oeste, 333 no Nordeste, 117 no Norte, 323 no Sudeste e 154 no Sul. Em 2016, houve um incremento em 113 municípios monitorados. Entre 2011 e 2016, o valor total de recursos repassados para execução de ações de resposta alcançou o montante de R\$ 1.078,0 milhão. Nesse período, o governo federal atendeu, diretamente, com recursos para ações de resposta, 21 estados e 294 municípios.

Na temática do planejamento urbano, o governo federal atua no sentido de dar suporte aos entes federativos na efetivação da política urbana local e metropolitana. Nesse sentido, os objetivos focaram nas transformações urbanísticas estruturais e na urbanização acessível, na implementação de instrumentos democráticos e participativos de planejamento e de gestão urbana sustentável e na regularização fundiária urbana. No ano de 2016, dentre os investimentos em projetos urbanos estratégicos em território de especial interesse, destaca-se o projeto do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, que teve, inclusive, parceria com a iniciativa privada. Também é importante salientar a plataforma de capacitação virtual, com cursos envolvendo temas de gestão de projetos urbanos, entre outros. Tais atividades capacitam os municípios com conhecimentos na área de legislação, de gestão de projetos urbanos, de estruturas e políticas, entre outros.

Relativamente à questão habitacional, o programa Minha Casa Minha Vida assume papel de destaque no financiamento de unidades para diversas faixas de renda. No âmbito do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), foram contratadas 11.672 unidades habitacionais. No Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), foram contratadas 5.820 unidades em 2016, O programa Minha Casa Minha Vida Rural contratou 19.292 habitações. Ao todo, foram contratadas 36.784 unidades nas modalidades que integram a chamada Faixa 1 do programa. Para as Faixas 2 e 3, apesar das alterações promovidas no programa e do contexto econômico, houve a manutenção dos mesmos patamares observados em 2015 nas contratações. Ao todo, foram contratadas 338.273 unidades habitacionais em 2016.

No que diz respeito aos destaques em comunicações, dados da PNAD do IBGE demonstram que, desde 2014, mais da metade dos domicílios brasileiros passaram a ter acesso à internet. O telefone móvel celular aumenta continuamente sua participação, aparecendo em 2015 em 92,11% do total de domicílios com acesso à internet. Em termos da população, o percentual de indivíduos que declaram ter acessado a internet pelo menos uma vez nos últimos 3 meses cresceu persistentemente, passando de 41% da população, em

2010, para 58%, segundo a pesquisa TIC Domicílios do Cetic.br de novembro de 2016, o que representa 102 milhões de pessoas. Outra iniciativa relevante na área de comunicações é o lançamento, no 1o semestre de 2017, do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, que viabilizará a comunicação entre os órgãos e as entidades da administração pública federal, a segurança nas transmissões de informações estratégicas e a expansão da banda larga em localidades remotas.

## **DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL**

O governo federal está fortemente comprometido com a agenda de consolidação fiscal e com as reformas estruturais que garantam um caminho sustentável para o desenvolvimento do Brasil. A nova agenda de políticas públicas tem como base a disciplina fiscal, a melhoria do ambiente de negócios, o aumento da produtividade e da competitividade dos setores produtivos, o aperfeiçoamento do marco regulatório, a promoção do investimento privado e o aumento da poupança interna.

Um importante resultado da política econômica foi a redução do IPCA, que caiu de 10,67% em 2015 para 6,29% em 2016, abaixo do teto da meta de inflação estipulada para o ano. Com o processo de convergência da inflação à meta, o Comitê de Política Monetária (Copom) iniciou a redução da taxa básica de juros (Selic) em outubro de 2016, que encerrou o exercício em 13,75% ao ano, ensejando uma gradual redução do juro real e a retomada do crescimento econômico.

Levando em consideração esse contexto e a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de política pública que promovam o desenvolvimento produtivo, foi lançado no final de 2016 o programa Brasil Mais Produtivo, que se destina a atender 3 mil empresas de pequeno e médio porte em todos os estados do país até 2017 e visa aumentar em pelo menos 20% a produtividade no setor da aplicação das ferramentas de manufatura enxuta das empresas atendidas. O Programa, criado pelo MDIC, em parceria com CNI/SENAI, Apex-Brasil e ABDI e apoio do BNDES e SEBRAE, usa como modelo o Indústria + Produtiva, da CNI/SENAI. O Programa consiste na realização de consultoria tecnológica no processo produtivo, de baixo custo, com o objetivo de obter ganhos expressivos de produtividade ou redução no custo de produção. As melhorias rápidas acontecerão com a utilização de ferramentas de manufatura enxuta customizadas para atendimento aos setores do Programa, com foco na redução de sete tipos de desperdícios mais comuns no processo produtivo: superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos. A iniciativa prevê o investimento em capacitação de 4 setores prioritários: Alimentos e Bebidas; metalmeccânico; moveleiro; vestuário e calçados. Os resultados obtidos com as 220 empresas que tiveram os primeiros atendimentos concluídos, até 31 de dezembro de 2016, demonstram um aumento de 52,7% da média da produtividade nos processos.

No mesmo contexto, foram inaugurados sete centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil. Os setores contemplados foram: automobilístico (Toyota, São Bernardo do Campo/SP e Ficosa, Jandira/SP), construção civil (Saint-Gobain, Capivari/SP), telecomunicações (RFS, Embu das Artes/SP), tecnologia da informação (Google, Belo Horizonte/MG), petroquímico (BG Group, Salvador/BA) e alimentação (AAK, Jundiá/SP). Tendo em vista o contexto econômico, que tem dificultado investimentos de longo prazo como os relacionados a pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), considera-se a abertura desses centros uma iniciativa importante, uma vez que se espera uma retomada da confiança da economia nos próximos três anos.

Na área de comércio exterior, o governo atua em prol da abertura comercial e da desburocratização, fortalecimento e eficiência das instituições, incluindo a melhoria do ambiente de negócios. Em 2016, houve simplificação de procedimentos internos e de marcos legais que geravam custos de transação desnecessários à iniciativa privada. O programa Portal Único de Comércio Exterior ganhou módulos para declaração de exportação e controle de cargas de exportação, além do lançamento do Ambiente de Validação do Portal Único Siscomex privado. Já o Relatório da Situação Atual do Processo de Importação foi produzido e validado em maio de 2016, apresentando o mapa dos processos dos órgãos intervenientes, com identificação dos principais problemas e gargalos, sugestões e recomendações de melhorias.

Um marco importante para a melhoria do ambiente de negócios e o aumento do investimento em capital empreendedor e inovação no país foi a sanção da Lei Complementar 155/2016. O art. 61-A dessa lei criou a figura do investidor-anjo e conferiu a ele proteções adicionais frente à cobrança por dívidas contraídas pela empresa investida. Ademais, a nova lei criou uma faixa de saída dentro do Supersimples, que consiste em um sistema de tributação diferenciado para as micro e pequenas empresas.

A fim de promover e incentivar investimentos privados no setor de turismo, foram realizadas, em 2016, políticas públicas buscando dinamizar o setor por meio de melhorias da base legal e do ambiente de negócios, investimentos, estímulos ao empreendedorismo, apoio à estruturação de destinos e produtos turísticos, aprimoramento da qualidade da oferta turística e consolidação da inteligência competitiva. Em consonância com o Mapa do Turismo Brasileiro, foram apoiados 851 novos projetos de infraestrutura turística, que totalizam repasse de mais de R\$ 519,69 milhões. Além disso, foram concluídas 1.215 obras de infraestrutura turística, que já estavam em andamento, cuja celebração de convênios ocorreu em exercícios anteriores.

De acordo com o relatório de competitividade, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil é considerado o país com maior potencial em recursos naturais do mundo em um ranking de 141 nações. Nesse cenário, o Ministério do Turismo (MTur) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) iniciaram os esforços para implementar uma política de gestão das áreas de uso público nos Parques Nacionais – com o setor privado e o terceiro setor – para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, além de promover o uso responsável e sustentável do patrimônio natural brasileiro por meio do turismo.

Dentre os principais avanços do agronegócio brasileiro, estão a desburocratização, a abertura e ampliação de mercados, o fortalecimento da política de sanidade agropecuária e os avanços na modernização do seguro rural. No propósito de ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos para financiamento da atividade agropecuária, houve em 2016 um crescimento de 5% na aplicação do crédito rural em relação ao ano anterior. Na safra 2016/2017, foram disponibilizados R\$ 183,86 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial. Do total, R\$ 149,86 bilhões foram destinados às operações de custeio e comercialização, sendo R\$ 115,6 bilhões a taxas de juros controladas (subsidiadas) e o restante a juros livres de mercado, e os outros R\$ 34,2 bilhões foram destinados às operações de investimento.

Para minimizar os riscos e seus efeitos na atividade agropecuária, faz-se necessária a consolidação de políticas específicas que atendam aos anseios dos produtores rurais, tais como as orientações do zoneamento agrícola e a concessão da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Em 2016, foram gastos R\$ 398,6 milhões em pagamento de subvenção ao prêmio do seguro rural, beneficiando aproximadamente



48 mil produtores rurais e proporcionando cobertura securitária para 5,6 milhões de hectares, ou 7,8% da área plantada com lavouras, com destaque para soja, milho, trigo, maçã e uva.

O ano de 2016 deu início à implementação do Plano de Defesa Agropecuária (PDA), com duração prevista até 2020, estruturado em seis eixos principais: modernização e desburocratização, marco regulatório, conhecimento e suporte estratégico, sustentabilidade institucional e financeira, programas e projetos técnicos e monitoramento e avaliação. Entre as prioridades do PDA, estão a atualização do marco regulatório de defesa agropecuária, padronizando legislações conflitantes em diferentes instâncias, e a redução do tempo de trâmite dos processos.

A aquicultura é a atividade de produção animal que mais cresce mundialmente e deve responder por 62% do consumo mundial de pescado até 2030. Em 2016, a importação de pescado foi de US\$ 1,56 bilhão, principalmente de espécies asiáticas de baixo preço, enquanto as exportações foram de US\$ 236,22 milhões, basicamente de camarão e lagosta. É essencial ampliar a estruturação da cadeia produtiva com as principais espécies de forma sustentável. Foram implantados, regularizados, licitados ou firmados contratos de cessão de uso para o reservatório de Manso/MT e os parques aquícolas dos reservatórios de Serra da Mesa/GO e Cana Brava/GO no rio Tocantins, além de Lajeado/TO e Tucuruí/PA. Também é preciso garantir a segurança alimentar, a sanidade dos produtos pesqueiros, a competitividade nos mercados interno e externo, a qualificação e a renda de trabalhadores do setor. O Pronatec Pesca e Aquicultura foi incorporado ao Pronatec Agro, a partir de levantamento de demanda por cursos nessa área.

O cenário mundial traz desafios cada vez mais complexos para o desenvolvimento da agropecuária, principalmente no que diz respeito à adaptação às mudanças climáticas e à capacidade de atender às demandas do mercado internacional. O Brasil tem a oportunidade de se posicionar de forma vantajosa no mundo, com sustentabilidade e competitividade, em função da disponibilização de tecnologias para o setor produtivo.

Adicionalmente, novos compromissos foram assumidos pelo Brasil, dentro da Agenda 2030 da ONU, expressos nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Embrapa tem hoje uma programação de PD&I que dialoga em grande parte com as questões envolvidas nestes objetivos.

A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) são fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico e a geração de empregos. Em um esforço constante, o governo federal vem buscando soluções para a manutenção dos investimentos em CT&I, principalmente de programas importantes relacionados à formação de recursos humanos, ao fomento a redes de pesquisa como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), à melhoria e ampliação da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento e ao fortalecimento do ambiente para o desenvolvimento da inovação, entre muitos outros.

No ano de 2016, destaca-se o início das atividades de 102 novos INCTs, envolvendo investimentos no total de R\$ 628 milhões, a serem aplicados em seis anos, além da realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que tem como objetivo estimular o estudo da Matemática e revelar talentos na área. Foram também inscritos 17.839.424 alunos, matriculados em 47.474 escolas públicas em 5.544 municípios, representando o alcance de 99,59% dos municípios brasileiros.

Vale também ressaltar a sanção da Lei 13.243/2016, que aprimorou a Lei 10.973/2004 (Lei da Inovação) e outras normas, principalmente no sentido de facilitar a interação universidade-empresa, a importação de insumos para pesquisas e a transferência tecnológica, além de estimular a inovação nas empresas.

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) intensificou suas ações de divulgação e de prospecção de novos clientes e aumentou a capilaridade de sua atuação por meio da descentralização do apoio financeiro (Tecnova e Inovacred). Parte dos recursos foi aplicada na continuidade de programas como o Sibratec, voltado para ampliação da capacidade de inovação e competitividade das empresas brasileiras, que se encontra operando com 6 redes estaduais de extensão tecnológica, 22 redes temáticas de serviços tecnológicos e 2 redes temáticas de centros de inovação.

A inovação nas empresas também foi apoiada por meio do Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação do Setor de Mineração e Transformação Mineral (Inova Mineral) e do Plano de Apoio ao Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química (Padiq), ambos são iniciativas conjuntas da Finep e do BNDES para apoio a planos de negócio de empresas voltados à inovação, em parceria com instituições de pesquisa ou universidades. O Inova Mineral, lançado em maio de 2016, conta com R\$ 1,18 bilhão, sendo até R\$ 220 milhões não reembolsáveis. Já o Padiq teve resultado final divulgado em agosto de 2016: foram aprovados 27 planos de negócios – sendo 12 de micro, pequenas e médias empresas – que receberam um total de R\$ 2,4 bilhões.

A sustentabilidade do processo de desenvolvimento impõe que os avanços socioeconômicos sejam complementados, ao invés de se oporem, pela preservação e pelo uso sustentável do meio ambiente. Nesse sentido, o governo federal desenvolveu várias ações na área ambiental para o desenvolvimento sustentável. Em 2016, a Política Nacional de Mudança do Clima avançou com a implementação da agenda nacional para aprofundar o conhecimento sobre o risco climático do país e promover adaptação e realizar a gestão da vulnerabilidade em diferentes escalas territoriais. Além disso, o país assumiu novos compromissos junto à Convenção do Clima, com a apresentação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) do Acordo de Paris, ratificado pelo Brasil em 12 de setembro de 2016. O Brasil tem o desafio de reduzir em 37% a emissão de GEE para o conjunto da economia brasileira até 2025, em relação a 2005, conforme apresentado na NDC.

Foi elaborada a quarta fase do PPCDam e a terceira fase do PPCerrado, com horizonte temporal de 2016 a 2020. A perspectiva para 2017 é consolidar os planos, em novas fases, fortalecendo a atuação coordenada em monitoramento e controle, no fomento às atividades sustentáveis e no novo eixo de instrumentos normativos e econômicos.

Cabe dar ênfase ao fato de que houve avanços no desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, do uso da terra e da ocorrência de queimadas e incêndios florestais, por meio da ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado, da implementação de um sistema integrado e multiescala de monitoramento da Amazônia e do desenvolvimento de metodologia e de sistema operacional de mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal, em adição ao monitoramento de focos de calor.

No que diz respeito às unidades da federação integradas ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), em 2016, os estados de Mato Grosso do Sul e Pará concluíram seu processo de integração ao Sicar. Resta finalizar a integração dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Espírito Santo. Já são, portanto, 26 unidades integradas ao Sicar, sendo que 21 destas utilizam o pacote tecnológico do sistema, que foi criado com o objetivo de receber e gerenciar os dados do CAR e monitorar a situação da vegetação nativa no interior dos imóveis rurais, promover o planejamento ambiental e econômico e disponibilizar informações de natureza pública à sociedade, subsidiando a retomada do crescimento sustentável, com responsabilidade social e ambiental. Até dezembro de 2016, foi alcançado registro de 3,92 milhões de imóveis rurais, cujas declarações totalizaram 399 milhões de hectares e 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação, atingindo 100% da área passível de cadastro, estimada em 423.352.144 hectares.

Dentre os principais resultados relacionados ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para o ano de 2016, está o recebimento de 14,8 milhões de hectares de áreas públicas federais situadas em unidades de conservação, sendo 2.630,14 hectares em doação por compensação de reserva legal e 1,9 milhão de hectares repassados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Também se destaca a soma de mais 18 unidades de conservação dotadas com Plano de Manejo, em atendimento à meta de 60 novos planos previstos até 2019, totalizando 173 unidades de conservação com planos finalizados. Quanto ao aumento do número de visitantes anuais nas unidades de conservação federais, de 6,7 milhões para 8,2 milhões, os resultados superaram as expectativas para todo o período do PPA.

No que diz respeito a recursos hídricos, destacam-se os avanços observados para a meta de concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF). O projeto alcançou, em 2016, execução física da ordem de 94%, sendo que o Eixo Norte conta com 93,42%, e o Eixo Leste com 96,44% de execução, correspondendo à evolução dos projetos executivos, das obras civis, das instalações eletromecânicas e das ações ambientais. Ainda no âmbito desse projeto, houve avanços no desenho de um modelo de operação e manutenção do PISF, e também na execução de ações de recuperação dos reservatórios estratégicos para a integração do rio São Francisco.

Quanto aos principais resultados de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), reporta-se que 14 unidades da federação obtiveram avanços nas respectivas metas referentes à capacitação setorial, ao cadastro de usuários, à outorga e ao monitoramento hidrometeorológico e de qualidade da água e outras 25 receberam recursos financeiros no âmbito do programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão), o que representa 70% da meta prevista até 2019. Já no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos, destaca-se como importante resultado quanto à disponibilidade de água para usos múltiplos que a ampliação da rede hidrometeorológica automatizada com transmissão de dados em tempo real está em 28% da meta prevista até 2019.

Para a redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançada nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), estima-se que foram removidas cerca de 12.500 toneladas de DBO no ano de 2016, sendo que essa remoção ocorreu por 14 estações de tratamento de esgoto participantes do programa.

Por último, cabe ressaltar que, para a retomada do crescimento econômico, e a consequente redução do desemprego, é imprescindível atuar para elevar a produtividade e a competitividade da economia, bem

como reduzir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios. Contudo, cabe evidenciar a importância da integração da questão ambiental no processo de desenvolvimento do país, a ser incorporada por instrumentos econômicos e mecanismos de conscientização que induzam produtores, empresas e consumidores a considerar os benefícios e os danos ambientais relacionados às suas decisões de produção e consumo.

## TEMAS ESPECIAIS

No período recente, o governo federal promoveu melhorias na gestão pública, a partir de reformas administrativas que proporcionaram maior racionalidade à estrutura da administração, em particular, a Medida Provisória 696, de 2 de outubro de 2015, convertida na Lei 13.266, de 5 de abril de 2016, a Medida Provisória 726, de 2016, convertida na Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016, e a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017. Ao final desse processo, o número de pastas foi reduzido de 39 para 28, sendo 22 ministérios, 5 órgãos da Presidência da República e o Banco Central, cujos titulares possuem status de ministro, sem comprometer a eficiência na prestação de serviços.

Houve também significativo corte de cargos, com a edição da Medida Provisória 731, de 10 de junho de 2016, convertida na Lei 13.346, de 10 de outubro de 2016, sendo extintos 10.462 cargos em comissão de DAS, que serão gradualmente substituídos por igual número de Funções Comissionadas. A publicação do Decreto nº 9.015, de 29 de março de 2017, que alterou o Decreto 8.947, de 28 de dezembro de 2016, deu continuidade à reforma administrativa, delimitando três períodos para extinção dos cargos, conforme publicação dos novos decretos de estrutura dos órgãos. Em 1º de janeiro de 2017, foram extintos 1.942 cargos em comissão, 1.027 funções e 20 gratificações. Em 12 de abril de 2017, foram extintos 653 cargos em comissão, 357 funções e 30 gratificações. Por fim, em 31 de julho de 2017, serão extintos mais 99 cargos em comissão do grupo DAS, 98 funções e 50 gratificações totalizando a redução de 4.276 cargos.

No campo da inovação, a estruturação da Rede de Inovação no Setor Público (InovaGov) resultou na implantação do Laboratório de Inovação G.Nova, com a oferta de recursos para o desenvolvimento e a aplicação de métodos e ferramentas de aperfeiçoamento da gestão pública, para melhorar a entrega de serviços públicos e disseminar uma cultura de inovação entre os servidores. Foi assinado acordo de cooperação técnica entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, que viabiliza o funcionamento da rede, formada por mais de 200 colaboradores de mais de 40 órgãos e entidades da administração pública federal.

Também no contexto das ações para a promoção da eficiência do gasto público, destacam-se dois lançamentos de sistemas eletrônicos: a versão 3.0 do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), selecionado como ferramenta preferencial de sustentação do Processo Eletrônico Nacional (PEN), que conta a adesão de 109 instituições públicas federais, sendo que 40 já implantaram o sistema e 69 estão em fase de implantação; e o aplicativo do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv Mobile) permite que o cidadão monitore a execução de convênios e termos de parcerias firmados entre entidades de seu município e a União.

Considerando a necessidade de que os programas sociais prioritários sejam mantidos, aprimorados e calcados em bases mais sustentáveis, o engajamento da sociedade civil e a execução de políticas públicas assertivas são fundamentais para implementar a Agenda 2030 e criar um país mais inclusivo e justo. Para

garantir o êxito dessa nova agenda no Brasil, o governo promoveu debates que resultaram na publicação do Decreto 8.892, de 31 de outubro de 2016, que criou a Comissão Nacional para os ODS. A comissão atuará como instância consultiva e paritária, composta por representantes de municípios, estados e do governo federal, bem como da sociedade civil. A comissão tem por objetivo internalizar e difundir a Agenda 2030 e dar transparência ao processo de sua implementação no Brasil. Cabe a ela propor estratégias, instrumentos, políticas públicas (ações e programas) e monitorar o seu desenvolvimento.

Em relação ao enfrentamento à corrupção na administração pública federal, a CGU, em 2016, supervisionou a atividade correccional desempenhada no poder executivo, realizando recomendações a partir da análise dos indicadores diagnosticados e acompanhando diretamente o desfecho de 1.101 apurações disciplinares, resultando na aplicação de 550 penalidades expulsivas (demissões, cassações de aposentadoria e destituições de cargo em comissão), maior quantitativo desde o início da série histórica iniciada em 2003.

No que se refere à política externa, o Brasil buscou dar ênfase às negociações econômicas e comerciais e aos temas multilaterais. O Mercosul continua sendo prioridade na política externa comercial brasileira. Apesar das dificuldades com a situação política da Venezuela, diversas reuniões foram realizadas com o intuito de conferir mais peso ao comércio exterior. Negociações com Peru, México, Chile e Colômbia continuam em andamento, com destaque para a assinatura do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru, que abrange investimentos, serviços, e compras governamentais. O Brasil também trabalhou para a aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico.

Na esfera multilateral, o Brasil seguiu buscando ganhar espaço em diversos foros, como a ONU, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Além disso, Brasília foi sede da 11ª Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em outubro de 2016.

No âmbito bilateral, é destaque a atuação da diplomacia brasileira no Oriente Médio, especialmente em relação às situações de crise na região. Na área humanitária, houve continuidade na concessão de vistos e mais de 2,5 mil sírios tiveram seu status de refugiado reconhecido no Brasil.

Na área da defesa nacional, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) tem como propósito fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. Sua implantação proporcionará meios inéditos de controle de território, por meio de radares e sensores, e contribuirá para o aumento da capacitação tecnológica e da autonomia da base industrial de defesa. Em 2016, foi concluída a implantação de 60% do projeto-piloto do Sisfron, cuja abrangência corresponde à área de atuação ao sudoeste do Mato Grosso do Sul. Outro avanço foi a publicação do Decreto 8.903, de 16 de novembro de 2016, que instituiu o programa de Proteção Integrada de Fronteiras, cujo objetivo é promover a atuação articulada e coordenada, nas regiões de fronteira, dos órgãos de segurança pública e de inteligência, da Receita Federal e do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas.

No que se refere ao desenvolvimento regional e territorial, é importante destacar as ações voltadas para a Amazônia. Nessa região, a Suframa apoiou e incentivou, em 2016, a implantação de 60 empreendimentos produtivos, que compreendem desde uma planta fabril industrial voltada à produção de bens intermediários e de bens finais de alta tecnologia, assim como indústrias que utilizam matérias-primas regionais em

seus produtos, além de empreendimentos agrícolas e de infraestrutura. Dentre as alterações efetivadas pela simplificação e desburocratização do Fundo de Investimento da Amazônia (e também do Nordeste), destaca-se a permissão para conceder créditos para a aplicação em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia por aproveitamento das fontes de biomassa. Os recursos aportados para os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) foram de R\$ 28,8 bilhões, resultando na geração ou manutenção de empregos.

O PPA 2016-2019 inclui alguns programas especiais singulares, como oceanos, zona costeira e Antártica, cuja dimensão geográfica não se limita ao mar territorial, à zona contígua, à zona econômica exclusiva e à plataforma continental brasileiras, mas abrange os espaços marítimos de interesse do país em águas internacionais e na Antártica. Em 2016, o governo deu continuidade à consolidação da posição ativa do Brasil nas negociações globais acerca das mudanças climáticas, do uso sustentável dos recursos do mar, focado em inovações tecnológicas para novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio a pesquisas multidisciplinares. Também se destacam a formação de recursos humanos e a manutenção da presença brasileira na Antártica com a decisão de reconstruir a estação Comandante Ferraz, atendendo a todos os requisitos científicos, ambientais e operacionais.

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia além de atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia. O país possui domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração. Em escala industrial, ainda não há capacidade instalada nas etapas de enriquecimento (parcialmente atendida) e conversão do U3O8 em UF6 (totalmente importada) suficiente para atendimento da demanda de Angra I, II e III. Para o período do PPA 2016-2019, a continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio pela INB, em Resende (RJ), é estratégica para o país, sendo a etapa mais relevante para a evolução da taxa de nacionalização do ciclo do combustível nuclear, que terminou 2016 em torno de 70%, mesmo valor de 2015.

Por último, a política espacial busca capacitar o país no desenvolvimento e na implantação de um conjunto de ativos e aplicações espaciais, voltados para a solução de problemas do Estado brasileiro e para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, de forma sustentada e com a participação da indústria. Em 2016, os destaques foram a continuidade da presença de satélites nacionais em órbita em condição operacional, a proximidade da conclusão de novos projetos de satélites, o forte engajamento da comunidade acadêmica e de estudantes universitários nas iniciativas voltadas para nanosatélites, a recente preparação de uma nova geração de profissionais treinados no exterior e o avanço no desenvolvimento daquele que será o primeiro lançador de satélites nacional.